



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011

**Presidente:** Ex. <sup>mo</sup> Sr. José Diogo

**Secretários:** Ex. <sup>mo</sup> Sr. António Ramos

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 10 horas e 15 minutos.

Foi apreciado e aprovado, na generalidade, o orçamento do Ministério dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização. Fizeram uso da palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização (Arlindo Ramos), os Srs. Directores do DAF (Felisberto Bragança), dos Assuntos Parlamentares (Elsa Monte Verde) e da Descentralização (Cílcio Bandeira) e os Srs. Deputados Gaudêncio Costa (MLSTP/PSD), Gil Costa (PCD), José

Viegas (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), Octávio Boa Morte (ADI), António Barros (MLSTP/PSD), Idalécio Quaresma (ADI), Sebastião Santos (PCD), Levy Nazaré (ADI), António Ramos (MLSTP/PSD) e Domingo Boa Morte (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 11 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 15 minutos.*

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

**Alexandre** da Conceição **Guadalupe**  
**Isabel Mayza Domingos**  
**Octávio** da Costa de **Boa Morte** Fernandes  
**José António** do Sacramento Miguel

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**António** Neves Sacramento **Barros**  
**António** da Trindade Afonso **Ramos**  
**Dionísio** Fernandes **Leopoldino**  
**Gaudêncio** Costa

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Gil Mascarenhas** **Costa**

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos iniciar a nossa apreciação do orçamento do Ministério dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização, mas o Sr. Ministro ainda não está presente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, nós gostaríamos de fazer uma proposta de alteração da agenda da discussão. A alteração é para que a reunião do dia 10, que é sábado, passasse para segunda-feira, dia 12.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, lamento dizer que não é possível, porque ao nível dos serviços coordenámos tudo para que haja esse debate no sábado. Não podemos alterar assim. Já oficializámos esse programa e o Governo já sabe que no sábado haverá sessão e não vejo o porquê dessa proposta, quando nós já alegámos aqui que temos que trabalhar e, aliás, um Deputado disse aqui há pouco tempo que temos que trabalhar até ao sábado e agora vamos alterar? Não partilho isso. A questão é discutida ao nível da 1.<sup>a</sup> e da 2.<sup>a</sup> Comissões e todos concordámos que faríamos esse debate assim com este programa, porque já não temos muito tempo e depois temos a necessidade de deixar tempo para os técnicos elaborarem o relatório final. Também não podemos nos esquecer que mais tardar até o dia 15 de Dezembro o Orçamento todo tem que estar aprovado, em consonância com o Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, estamos a fazer a proposta desde hoje para que haja tempo para avisar os Ministros e também para termos algum tempo para actualização das propostas que fizemos. Supomos que terminar a discussão no dia 12 seria mais judicioso.

O Sr. **Presidente**: — Estamos a prever o término no sábado para que na segunda e na terça-feira os técnicos possam elaborar todo o relatório, de modo que na quarta-feira possamos fazer então a aprovação final. Aqui é o campo para poder apreciar ou levantar outras questões. Portanto, não vamos alterar nada disso. Acho que o programa já está feito.

**Uma Voz**: — Acha?

O Sr. **Presidente**: — Sim. Acho que não vamos alterar. Já oficializámos o programa e por mera vontade...

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, eu acho que não precisamos de ir para este campo. Houve uma proposta e somos nove membros da Comissão. Qualquer Deputado membro da Comissão tem o direito de dar a sua opinião e o Sr. Presidente só tem que procurar um equilíbrio. Se a maioria entender que podemos alterar, o Sr. Presidente não pode dizer que não vamos alterar. Tem que ser a vontade da maioria.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado pelo seu esclarecimento, mas eu dizia que estamos aqui a discutir uma coisa específica. Diga-me como enquadrar agora essa discussão sobre os horários programados para as reuniões. Para termos esta reunião tivemos que programar previamente os trabalhos e há outros consentimentos que também entram nesse quadro. Estamos no segundo dia e vem agora uma proposta para alterar o horário? Quer dizer, na minha óptica, não faz sentido nenhum. Na altura que abordámos esta questão todos os Deputados estavam presentes. Estava lá o Presidente Alcino Pinto e concordámos com o programa. Também temos que deixar tempo para os técnicos trabalharem.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Os técnicos terão tempo para trabalhar.

O Sr. **Presidente**: — Não, não. Não nos esqueçamos que o mais tardar até a sexta-feira, que é dia 15, teremos que ter o Orçamento aprovado. Nós, no seio da Comissão, analisámos taxativamente quanto tempo devíamos deixar para as discussões, quanto tempo para os técnicos fazerem os seus trabalhos e que iríamos aprovar na quarta-feira ou, se calhar, na sexta-feira, porque no dia 15 legalmente temos que terminar esse trabalho com a aprovação final global do Orçamento. Os técnicos têm a segunda e a terça-feira, porque temos que deixar a quarta-feira para a aprovação, para termos todo o trabalho pronto.

Sr. Deputado, eu lamento bastante, porque o Sr. Deputado faz parte da Comissão e quando estávamos a discutir nunca o Sr. Deputado argumentou nesse sentido. Isso não faz sentido nenhum. Nós ponderámos tudo isso e tem a ver com o tempo de limitação e o Sr. Deputado sabe disso muito bem.

O Sr. Presidente Alcino Pinto argumentou perfeitamente nesse sentido e então não vejo agora o porquê dessa alteração. Cabe a mim chamar o Director do Orçamento, porque o próprio Governo, mediante o programa que fornecemos inicialmente, programou para segunda-feira uma reunião.

Sr. Director do Orçamento, se calhar, é melhor tomar a palavra e explicar isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é um conselho, se calhar, que eu lhe quero dar. O senhor está a presidir a 2.<sup>a</sup> Comissão. Estamos a fazer esse exercício que me parece ser interessante para o País, senão nem sequer estaríamos aqui. Há uma agenda, houve um curso em que as coisas estiveram, há necessidade de se acertar e ajustar algumas coisas que entendemos ser importantes.

O que estamos a sugerir ao Sr. Presidente é que a 2.<sup>a</sup> Comissão altere a agenda dos seus trabalhos de sábado para a segunda-feira. Essa proposta é razoável. Já tivemos aqui situações dessa. Aí tem-se que dizer, não tínhamos uma agenda de discussão na generalidade e não alterámos para sábado? Estava previsto? Não estava. Viemos para aqui. Não é pelo facto de uma coisa ter sido programada inicialmente que não se pode alterar. Nós entendemos que tudo isso é alterável. O que tem que haver é bom senso e entendimento.

Eu quero deixar um aviso ao Sr. Vice-Presidente. Essa atitude sua, eu não o conheci assim. Ontem estive aqui, pedi a palavra três ou quatro vezes seguidas, o senhor viu e ignorou. Ignorou! Hoje por pouco não me daria a palavra.

Sr. Vice-Presidente, não faça isso, porque a sua atitude não é regimental.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não vou argumentar muito mais sobre isto. Para mim está ultrapassado. Essa realmente não é a minha forma de ser. Portanto, o Sr. Deputado disse isso, mas não me toca pessoalmente, porque não sou assim.

Vamos passar rapidamente ao sector em discussão. Vamos analisar agora o orçamento do Ministério dos Assuntos Parlamentares que já está cá o Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, não é mais para criar situações embaraçosas no andamento dos trabalhos, mas apenas para lhe dizer que acabou de dar um exemplo daquilo que disse o meu antecessor. Eu pedi a palavra, o senhor escreveu, passou por cima e foi logo ao Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, aqui só posso dizer uma coisa: «*errare humanum est*», o que quer dizer que o erro é humano. Eu agradeço. Realmente já tinha apontado, devia ter passado a palavra, mas me distrai.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É apenas para dizer que há regras que devem ser cumpridas regimentalmente. Estando numa Casa Parlamentar, todas as propostas têm que ter uma solução, quer seja positiva quer negativa, quer lhe agrade quer não, parte dos membros da Comissão. Foi feita uma proposta, o Sr. Deputado, enquanto Vice-Presidente da Assembleia, não deve recebê-la a peito. Tem que ser um moderador, Presidente da Comissão.

O argumento que fez não convence a ninguém. O Sr. Deputado José Viegas já deu um exemplo, eu vou dar outro. A Conferência tinha decidido, e está no Regimento, que a discussão na generalidade das

Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado seria numa terça-feira. O Presidente, em concertação com a Comissão e o Governo, sem nos comunicar, estão cá os três líderes, decidiu alterar para a quinta-feira. Até que um dos líderes pediu à Conferência e ao Sr. Presidente que nos esclarecesse, e foi aceite. É isso que tem que ser feito.

Portanto, há uma proposta de alterar os trabalhos, o Sr. Presidente deve submetê-la à consideração dos membros da Comissão, pura e simplesmente. Agora não se decidiu e o Sr. Presidente já passou a palavra ao Sr. Ministro. O que é que ficou decidido? Há uma proposta e regimentalmente tem que haver uma solução.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Boa Morte.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, eu ouvi a proposta na boca dos elementos que não são da 2.<sup>a</sup> Comissão, então é inválida, porque a 2.<sup>a</sup> Comissão tem sede própria, onde se reuniu e tomou a decisão com todos os seus membros.

Houve um elemento do MLSTP/PSD que disse que a reunião não devia ser na segunda-feira, mas no sábado, porque havia outros compromissos da parte dele e agora não vejo razão para que Deputados que não fazem parte da Comissão venham sugerir alteração. Sabem que isso não é legal.

**Uma Voz**: — Qual é esse Deputado?

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Ouvi o Sr. Deputado José Viegas falar disso e ele não faz parte da 2.<sup>a</sup> Comissão.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — O Sr. Deputado ouviu mal!

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Eu ouvi mal. Quando entrei, ouvi o senhor falar.

Outra coisa ainda, há Deputados que estão cá que não fazem parte da Comissão, não sabiam de nada e só foram informados posteriormente. E ouvi a voz dele praticamente nom, nom, nom...

*Risos do MLSTP e do PCD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLST/PSD): — Eu acho que devo ter ouvido essa proposta da boca do Sr. Deputado Gaudêncio, que faz parte desta Comissão, mas se o problema é esse, então eu é que submeto a proposta, porque sou da 2.<sup>a</sup> Comissão. Vou submeter agora a proposta ao Sr. Presidente para que se altere o calendário dos serviços. Já não vamos trabalhar no sábado, trabalharemos na segunda-feira. Então agora o Sr. Presidente submete a proposta à votação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização** (Arlindo Ramos): — Eu também tenho o direito a fazer observações e propostas. Acho que tenho esse direito. Se não me é permitido, não faço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

**Uma Voz**: — Deixa o Sr. Ministro fazer a intervenção.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Ninguém o impediu.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Só queria fazer uma observação. A 2.<sup>a</sup> Comissão reuniu-se e estabeleceu um calendário que foi submetido ao Presidente da Assembleia Nacional e o Sr. Presidente enviou-o ao Governo, para avisar os Ministros do calendário das discussões do orçamento na especialidade. Essa nota foi assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia, enviada ao Governo, para respeitar esse calendário e todos os membros do Governo estão mobilizados para os seus respectivos dias de discussão.

Como é que aparece hoje uma proposta que foi decidida na 2.<sup>a</sup> Comissão? A não ser que a Assembleia agora decida uma coisa e no dia seguinte anule. Se a 2.<sup>a</sup> Comissão já se havia reunido, estabeleceu um calendário, discutiu, aprovou e o submeteu ao Presidente da Assembleia Nacional, que concordou e o enviou ao Governo, hoje não podemos vir aqui dar o dito pelo não dito. É tão deselegante essa atitude que sinceramente não sei onde é que querem chegar.

Se há um calendário estabelecido, todos os membros do Governo estão mobilizados para aparecerem, cada um tem o seu programa de trabalho, está estabelecido para terminarmos o trabalho no sábado, porque é que não podemos trabalhar no sábado? Porque dois ou três Deputados não querem e temos que nos submeter a isso? Sinceramente, que não sei onde é que queremos chegar com essa atitude.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, tenho em si uma pessoa de bom senso.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização** — Não tenha, não tenha.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Se não merece, é outra coisa.

*Risos.*

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização** — Não mereço. De si não mereço.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Vou traçar uma situação análoga. Tivemos uma Conferência de Líderes, em que um representante do Governo esteve presente e decidimos fazer uma agenda para a Plenária. Comunicou-se aos grupos parlamentares todos, todos os Deputados da Assembleia e da República foram comunicados dessa agenda, todo o serviço da Assembleia estava mobilizado, o Governo foi comunicado e houve uma decisão para se alterar a agenda. Isso não significa o dito pelo não dito. Significa sim que se evoluiu e se apresentou um calendário alternativo. Liguei ao Sr. Presidente e disse: «Sr. Presidente, alteramos a agenda» e ele disse: «Ah, está bem». Fomos lá e o Sr. Presidente explicou-nos o porquê do adiamento, informamos e convencemos todos os Deputados da República, assim como os ministros certamente sabiam dessa alteração. É uma situação análoga.

Foi uma decisão tomada, aquela alteração foi feita fora do quadro do órgão que tomou a decisão e aqui o que os Deputados da 2.<sup>a</sup> Comissão estão a pedir é que, no quadro da 2.<sup>a</sup> Comissão, se altere a decisão que tinha sido tomada.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado disse e muito bem que foi feito de forma prévia ao início dos trabalhos. No nosso caso, é o segundo dia que estamos a levar a cabo o nosso trabalho e agora em pleno trabalho é que decidem mudar? Estamos agora em plena discussão, tiveram conhecimento do programa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Só estamos a alterar a reunião do sábado para a segunda-feira, não estamos a alterar a de hoje.

O Sr. **Presidente**: — Estou a falar do programa. O caso que acabou por citar foi anterior.

Fizeram toda a informação antes de iniciar. No nosso caso, já iniciamos os debates e hoje, o segundo dia, é que se está a propor uma alteração, quando as pessoas já reservaram o seu tempo para fazer outras coisas.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Mas, Sr. Presidente, qual é o seu problema com relação a isso?

O Sr. **Presidente**: — Não estou a fazer defesa nenhuma. Estou a defender a minha lógica e a minha forma de ser quando tomo um compromisso. Sr. Deputado, tenho outros compromissos para outros dias, o senhor não sabe?

Portanto, em função dessa programação é que programámos o nosso tempo, apenas isso. Estamos nesse balanço de fazer as coisas a nosso belo prazer, mas não é assim. É apenas isso que estou a dizer.

*Protestos do Sr. Deputado Gil Costa.*

Sr. Deputado, sei onde é que quer chegar. Vou dar-lhe esse prazer.

Meus senhores, há uma proposta de alteração, mas há um ponto de ordem do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Só queria lembrar ao Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD que a alteração da discussão do Orçamento, na generalidade, proposta pelo Sr. Presidente, tinha uma causa que o Sr. Deputado. O senhor sabe que na terça-feira a 2.<sup>a</sup> Comissão ainda não tinha produzido o relatório final e o Presidente argumentou que, não tendo o relatório, não se podia fazer a reunião na quarta-feira. Foi essa a causa da alteração e eu gostaria de saber qual é o argumento

que vocês têm para alterar a reunião do sábado. Porque é que não se pode trabalhar no sábado? Qual é o argumento?

O Sr. **Presidente**: — Que argumento é que nos leva a não podermos trabalhar no sábado? É apenas isso que gostaríamos de saber, porque já nesta Casa Parlamentar tivemos oportunidades, aliás, quando votámos também, na generalidade, trabalhámos no sábado. Se o motivo é de não trabalharmos no sábado, então caberá aos Sr. Deputados, nos seus juízos, decidirem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, mantemos a proposta, porque ela é responsável. Temos um país real e é preciso sentarmos e consertarmos algumas questões. É nesta base que sugerimos, e não vejo qual é o drama, que a discussão do sábado passasse para a segunda-feira. Qual é o problema? Eu acho que há uma má vontade sempre que se faz uma proposta, ficam desconfiados em relação ao que essa proposta vai trazer. É uma coisa simples. Tem que haver uma boa vontade. Nós fizemos uma proposta e pela forma como o Sr. Ministro lançou o repto, quer nas entrelinhas dizer que fizemos a proposta sem ter um porquê, porque queremos dificultar mais uma vez. Não. Queremos ajudar. Eu pelo menos e os outros Deputados, a concertação que temos estado a fazer é no sentido de ajudar. Qual é o problema de alterar do sábado para a segunda-feira? Não vejo qual é o problema.

Nós mantemos a proposta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não há problema nenhum, mas estou a ver a nossa prestação como Deputado. Será que não podemos trabalhar no sábado? É essa questão que eu gostaria de ouvir. Estou a falar do nosso funcionamento interno, que não tem nada a ver com o Governo. Portanto, eu estava a dizer que no seio da 2.<sup>a</sup> Comissão essa questão foi sobejamente revista, lembro-me ainda que um Deputado tinha argumentado que iria viajar na semana a seguir e isso nos motivou mais a programar assim.

Sr. Deputado António Barros, lembra-se que foi uma das pessoas que defendeu muito essa opção que fez com que agendássemos o sábado para discussão. Hoje já não serve? Está cá o Sr. Deputado António Barros que defendeu que devíamos trabalhar no sábado, porque tinha que viajar na manhã seguinte, ia regressar ao Príncipe e hoje esse argumento já não serve.

É por causa disso que estou a insurgir contra essa forma de fazer as coisas.

Como é essa a sua vontade, vamos passar à votação e se é para alterar o horário, alteramos e fazemos as coisas como vocês querem. Apenas isso. Eu não intervenho mais. Só estou a opinar na lógica daquilo que discutimos na altura. Houve reacções que foram avançadas para agendarmos para o sábado. Se for preciso, alteramos o horário para a segunda-feira, não obstante o compromisso que outras pessoas possam ter.

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Eu não queria interferir neste debate, mas infelizmente queria colocar uma questão. Essa proposta que nos foi apresentada é da 2.<sup>a</sup> Comissão ou não? Espero que os elementos da 2.<sup>a</sup> Comissão não tenham mudado.

O Sr. **Presidente**: — Essa proposta foi da 2.<sup>a</sup> Comissão. Foi amplamente discutida na 2.<sup>a</sup> Comissão, agendada e informada a todos os líderes. Não houve nada de contrário na altura.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Exactamente. É só essa questão que eu coloco, porque eu espero que sejamos coerentes com aquilo que estamos a fazer. Se já tínhamos uma proposta, não há razões objectivas que nos levam a alterar e assim acho que devemos continuar os nossos trabalhos com a proposta que apresentámos. Agora isso cabe à 2.<sup>a</sup> Comissão. Se a 2.<sup>a</sup> Comissão vota, portanto, é a lei da democracia e é assim.

O Sr. **Presidente**: — Sem muito mais delonga, passemos à votação da proposta de alteração do dia da reunião.

*Submetida à votação, foi aprovada com 5 votos a favor e 4 votos contra.*

Vamos alterar o programa e os Srs. Deputados da 2.<sup>a</sup> Comissão, proponentes dessa proposta, teremos de ver depois como é que vamos articular tudo isso em conjunto com os serviços da Assembleia, porque estamos a alterar tudo. Depois no final farei um convite a alguns Deputados para talvez irmos ao encontro dos serviços a fim de sabermos se isso não cria algum constrangimento. É apenas isso.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

**O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização:** — Sr. Presidente, eu só gostaria que fossemos informados sobre os trâmites dessa alteração, conforme está estabelecido regimentalmente. Tem que haver concertação com o Governo da alteração da data, antes de tomar qualquer decisão.

A questão foi à votação, mas estou certo de que qualquer discussão de um documento entre o Governo e a Assembleia tem que haver concertação e não houve. Não houve.

Portanto, a votação determinou que se altere a data, mas espero que regimentalmente se cumpra o estabelecido. Tem que haver concertação com o Governo para se saber se este estará disponível em vir cá na segunda-feira.

**O Sr. Presidente:** — Obrigado Sr. Ministro. Está anotada a sua preocupação, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

**O Sr. Sebastião Santos (PCD):** — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma nota de lamentação. Eu vim à 2.<sup>a</sup> Comissão enquanto Deputado para dar a minha contribuição.

Acho que é triste, por uma má condução, permita-me que lhe diga isso, pôr pessoas que vieram discutir o orçamento aqui por tanto tempo, discutindo uma coisa simples, que se devia resolver em 5 segundos, e quando é uma coisa que não diz respeito ao trabalho de hoje. Perdeu-se quase 1 hora com as pessoas aqui na sala.

Esta é a nota de lamentação que eu gostaria de deixar. É a primeira vez que vejo coisas dessas acontecerem numa Casa Parlamentar.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

**O Sr. Gaudêncio Costa (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, tenho aqui a lista de presença e o Sr. Deputado Octávio Boa Morte, pelo que me informaram, pôs uma interrogação à frente do meu nome e assim gostaria que essa atitude, no mínimo, tivesse uma explicação. Não sei se há alguma coisa pessoal, mas tenho muito respeito pelo Sr. Deputado e acho que todos nós merecemos respeitar-nos uns aos outros. Isso muitas vezes traz ao de cima alguma intolerância em relação aos Deputados que não são do nosso grupo parlamentar.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, acho que não vamos entrar agora nessas discussões.

O Sr. Deputado Sebastião Santos, há bem pouco tempo, fez um apelo no sentido de não perdemos muito tempo em outras questões que não têm nada a ver com a nossa discussão e peço ao Sr. Deputado para ponderar esse facto, porque se não vamos perder mais tempo em bolas e bolinhas, atirando as coisas.

Sr. Deputado, aconselho-o francamente a não ir por esse caminho. O Sr. Ministro está cá com os técnicos da sua área e vamos avançar.

**O Sr. Octávio Boa Morte (ADI):** — Já está na hora para começar o debate.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização.

**O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em relação ao orçamento do Ministério dos Assuntos Parlamentares, não tenho muita coisa a acrescentar, para além daquilo que já está apresentado. Só gostaria de aqui dizer que somos um Ministério pequeno e novo que não tem assim tanta coisa para explicar e por isso o meu orçamento é tão curto.

Eu gostaria de ouvir dos Deputados alguma possibilidade de alteração e, se for possível, para aumentá-lo um bocado.

**O Sr. Presidente:** — Visto isto, vou passar a palavra aos Srs. Deputados que querem fazer alguma intervenção neste sentido ou alguma proposta de alteração, substituição ou de emenda.

Posso considerar que está ultrapassado e podemos aprovar o orçamento deste sector? O silêncio dos Srs. Deputados é que me leva a pensar assim.

Então, posso considerar aprovado?

**Vozes:** — *Não! Não!*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

**O Sr. José Viegas (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, ontem estive aqui, permita-me essa referência, o Ministro da Defesa, que teve muita sensibilidade. Ele conseguiu mobilizar tanta sensibilidade que não foi necessário sequer alterar o seu orçamento. Vi isso dele pelas explicações e fundamentos que foram aqui dispendidos e largamente convincentes.

Neste caso, penso que não há fundamentos que possam levar-nos a suspender a proposta que de base foi colocada a todos os ministérios.

Basicamente é isso que queria dizer, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Sr. Presidente, eu peço desculpa ao Sr. Deputado José Viegas, porque não fiz referência a despesa com missões no exterior. Pensei que a proposta seria sempre apresentada a cada sector que tivesse a discutir o seu orçamento, mas já que é assim eu posso aqui explicar qual é o nosso objectivo com essa questão.

Na Direcção de Descentralização, temos que ter um grupo de técnicos que possam seguir os trabalhos ao nível da execução e gestão orçamental das câmaras distritais e, simultaneamente, da realização de inspecção às câmaras distritais, no âmbito daquilo que é a gestão da administração e finanças. O que é que acontece? Durante o ano 2011, nos deparámos com algumas dificuldades em termos de técnicos para atenderem a diversas áreas e tivemos que lançar, no mês de Julho, um concurso público para admissão de alguns quadros nacionais que pudessem integrar a Direcção de Descentralização, mas esses quadros têm formações em áreas diferentes, que muitas vezes não se enquadram naquilo que é o objectivo da Direcção de Descentralização. É nesse âmbito que temos um protocolo de cooperação com o Instituto Nacional de Administração Pública de Portugal (INA) e temos um programa de formação dos técnicos. Esses técnicos geralmente têm que se deslocar a Portugal para fazerem formações, que não são de muito tempo. São formações entre 15 a 90 dias, que fazem falta ao sector, de forma a atender às suas necessidades naquilo que se prende com a descentralização, avaliação e execução orçamental das câmaras distritais.

É neste âmbito, porque ao nível do Gabinete do Ministro não há assim grandes intenções de viagem, porque se as pessoas têm consciência, o meu Ministério talvez é um ministério onde, por ser novo e por não ter ainda parcerias estabelecidas, não se viaja mais do que uma ou duas vezes por ano.

Portanto, é isso que eu queria justificar. Essas missões no exterior e essas despesas de viagem prendem-se mais com a capacitação e a requalificação dos técnicos. Temos um leque de técnicos que vamos admitir e é preciso formar e capacitá-lo em distintas áreas do poder local, porque sabemos das dificuldades que as câmaras distritais têm. Assim, na elaboração dos documentos, na execução dos orçamentos e na elaboração de programas de desenvolvimento das próprias câmaras, há uma série de questões que pensamos que ao nível do Ministério e da Direcção da Descentralização se pode melhorar com a qualificação dos técnicos.

É esse o nosso objectivo, mas o Governo não faz finca-pé nisso. O que nos foi dado para 2011 é insuficiente e não conseguimos formar os técnicos. Formámos alguns internamente, mas no exterior só foram os directores. Os Directores da Descentralização, dos Assuntos Parlamentares e da DAF foram os únicos que tiveram a possibilidade de fazer formação no exterior e agora queremos estender também aos técnicos que precisam.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro pelas explicações dadas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, é só para obter um esclarecimento da sua parte. Gostaria de saber se neste quadro podemos aproveitar para ver questões ligadas às câmaras distritais. Estão um pouco adiante, mas como estão ligadas ao Ministério de Descentralização, podemos englobá-las, metendo no mesmo pacote?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Sr. Presidente, eu gostaria que se consultasse a Lei n.º 10/2005. Nós não discutimos o orçamento das câmaras distritais. As câmaras têm autonomia administrativa e financeira e os seus orçamentos são discutidos directamente com o Ministério das Finanças. As transferências são globais e não são orçamentos discriminados. São feitas globalmente e como se faz para as câmaras faz-se para a Região Autónoma do Príncipe. Cada câmara tem o seu orçamento próprio que é aprovado na Assembleia Distrital e discutido na própria câmara.

Só temos a competência, de acordo com a Lei, de transferir aquilo no âmbito da descentralização que a câmara nos solicita, competência no âmbito de várias áreas de administração, e quanto a isso somos responsáveis, mas não interferimos na gestão administrativa e financeira das câmaras distritais.

A Lei n.º 10/2005 estabelece isso claramente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.



O Sr. **Gil Costa** (PCD): — A resposta do Sr. Ministro deu a entender que, se calhar, não entendeu alcance da minha preocupação, porque estamos cá como Deputados e precisamos de esclarecimento de tudo que faz parte do orçamento.

Eu não estou a sugerir que alteremos e discutamos o orçamento das câmaras, mas temos que pedir esclarecimento sobre os critérios de transferência, de alocação de verba e porque é que o Governo tem que prestar esclarecimento sobre os critérios a serem utilizados. Nós estamos cá para obter esclarecimento.

Em momento algum quis que alterássemos ou discutíssemos detalhadamente os orçamentos das câmaras distritais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Sr. Presidente, desculpe-me. Não sei também se o Sr. Deputado Gil Costa entendeu a minha intervenção. Eu disse que o orçamento das câmaras não é discutido ao nível do Ministério dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização. É discutido directamente com o Ministério das Finanças. No dia em que o Ministro das Finanças for auscultado, no âmbito do seu sector, aí se poderá inferir nas questões das câmaras e da Região Autónoma do Príncipe, porque os documentos foram discutidos directamente com os respectivos titulares. Nós não interferimos nessa questão, não fazemos a transferência de verbas para as câmaras. Não é o Ministério que requisita as verbas para as câmaras. As câmaras é que fazem a sua requisição de verbas à Direcção das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Gil, está satisfeito com a resposta?

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Agora é que fiquei esclarecido.

O Sr. **Presidente**: — Então, ultrapassado isso, podemos adiantar?  
Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, gostaria que o Sr. Ministro me dissesse porque é que a verba que tem o código 10.53, que se refere a capacitação do pessoal, no ano passado eram 390 milhões e agora são 440 milhões. Explique-me essa verba por favor, porque eu fiquei um pouco confuso com a questão das missões no exterior e com a capacitação/formação. Acho que o que o Sr. Ministro disse relativamente a formações deve estar englobado na capacitação/formação e não nas missões para o exterior, que são coisas completamente diferentes. Por isso é que eu gostaria que me explicasse essa verba do código 10.53 que é capacitação do pessoal. O que é isso? Houve um incremento de 50 milhões, comparativamente com o ano corrente que é o orçamento deste ano. Gostaria de saber o que é isso de capacitação do pessoal.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — No âmbito daquilo que é capacitação de pessoal, temos vários domínios, mas para não estar a monopolizar, passo a palavra ao Director da Descentralização, para explicar melhor aquilo que se enquadra na capacitação do pessoal e o que é missões no exterior.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Director da Descentralização.

O Sr. **Director da Descentralização** (Cílcio Bandeira): — Sr. Presidente, Srs. Ministros das Finanças e dos Assuntos Parlamentares, Caríssimos Deputados, bom dia.

No que tange a capacitação do pessoal, o Ministério dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização pretende dotar os seus quadros de melhores capacidades. Como disse o Sr. Ministro, temos um ministério que é novo e a bocado acabamos de recrutar novos quadros para preencherem essa família da Descentralização e é necessário que o pessoal tenha conhecimento adequado e esteja preparado para o fim das questões consignadas. Portanto, o INA, em Portugal, dota os quadros de ferramentas em diversas áreas, quer em termos financeiros, administrativos e de organização e assim no capítulo de se unir formações pretende-se esse incremento e essa melhoria por parte dos quadros do Ministério.

Em relação a missões no exterior, como sabemos, temos um país de insuficiência, de limitações financeiras sérias e é necessário deslocarmos junto a potenciais ou possíveis parceiros para contraírmos germinações, a fim de melhorarmos a nossa performance em relação à administração local. As câmaras têm deficiências, o País no seu todo tem deficiências em termos financeiros e é necessário deslocarmo-nos ao exterior em busca de parceria, de germinações, para melhorarmos a nossa administração local. É nesse sentido que há essa diferença entre capacitação do pessoal e missões no exterior, em termos de verbas, porque são coisas distintas. Uma coisa está versada directamente para os quadros do Ministério e outra

está versada a questão de política, em termos de parcerias e de germinações. É nesse contexto que há essa diferença orçamental.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Director da Descentralização.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Agradeço o Sr. Director que é responsável pela área da Descentralização. Explicou-me exactamente aquilo que eu pensava. Este orçamento é uma opção e, portanto, no âmbito do ano passado, relativamente a capacitação, este ano houve um incremento de 50 milhões, penso. Oxalá que o País comporte para que ao invés dos 50 milhões estejamos a falar de 50 mil milhões de facto. A opção para esse incremento para a capacitação, que eu acho que é uma das questões fundamentais, sobretudo ao nível da Administração, tem a ver com a capacitação das pessoas. Só que relativamente a missões no exterior, que é outra coisa, o incremento foi quase o dobro. Por isso, o sacrifício que temos estados a solicitar a todos os ministérios ao longo desta discussão também o fazemos relativamente a este, que no ano passado tinha Dbs: 375 330 020,00 (trezentos e setenta e cinco milhões, trezentos e trinta mil e vinte dobrás) desta vez passou para Dbs: 775 milhões. Portanto, a nossa proposta é coerente com a que vimos fazendo, isto é, manter o que existia no orçamento vigente, Dbs. 375 330 020,00 para 2012.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Sebastião Santos, eu só gostaria de informar uma coisa. Talvez é por falta dessa informação que não tenha reflectido melhor o que propomos. É que em 2011 o Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização tem funcionado com quadros que são alocados pelo Ministério da Defesa. Todo o ano 2011 foi para a organização do Ministério e para a tentativa de definir concretamente o quadro do pessoal. Neste momento, estamos a funcionar com quadros que nos foram dados por empréstimo pelo Ministério da Defesa. O que é que acontece? Em 2011 andamos a formar, mandamos para o INA, por exemplo, duas ou três pessoas, este ano fizemos um concurso público para admitir vários quadros técnicos e há uma necessidade de fazer uma requalificação desses quadros, no âmbito daquilo que sabemos, porque temos licenciados em economia, engenharia e em várias áreas, mas é preciso que esses quadros sejam destinados a um objectivo concreto que é o que a descentralização define. Portanto, o que estamos a dizer é que pode ser que a verba de 2011 chegue, mas podemos correr o risco de não formar ninguém, porque neste momento estamos com problemas naquilo que são quadros próprios do Ministério. Estamos a admitir pessoas, precisamos de requalificá-las e agora há uma questão prévia.

Quando o Ministério foi criado, recebemos o pessoal transitado do Instinto de Administração Interna e Territorial. Esse Ministério, como sabem, era considerado um ministério paramilitar e hoje o Ministério dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização não é paramilitar. Funcionamos em 2011 com esse esquema de falta de pessoal, mas temos que trabalhar e dar cumprimento àquilo que está no Programa do Governo e é preciso continuar a manter essas pessoas. Faço essa observação porquê? No âmbito daquilo que é a capacitação do pessoal, sabemos que maior parte dos ministérios a nível nacional tem os seus afazeres diferentes e é preciso o Ministério garantir essa formação. É por isso que definimos aquilo que é a parceria internacional com aquilo que é a capacitação com o pessoal. É por isso que há essa discrepância. Eu não estou a dizer que aumentamos a verba por aumentar. Temos um programa que foi elaborado pela Direcção da Administração Financeira e estudámos como é que a verba vai ser reequacionada para atender a esses objectivos. É nesse âmbito que fizemos. Não fizemos um aumento sem pensar primeiro naquilo que é o objectivo que o Ministério quer atingir. É por isso que eu gostaria de dizer que não há nenhuma intenção de objecção da proposta, mas se quiserem podem retirar a verba à vontade. No entanto, passo a palavra ao Director da DAF.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Director da DAF.

O Sr. **Director DAF**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostava novamente de apoiar aqui a explicação de S. Exa. o Ministro, na medida em que em termos de capacitação, como fazia referencia o Sr. Deputado Sebastião Santos, temos capacitação em duas vertentes: há uma capacitação interna reforçada com a capacitação externa. Se formos ver no quadro comparativo em relação ao orçamento do ano passado, como explicou o Sr. Ministro, viemos de um orçamento de 2010, permanecemos com a verba que tínhamos e fizemos o exercício que já foi explicado aqui, no entanto, a proposta de 2012 se repararem bem nos serviços como o Gabinete dos Assuntos Parlamentares e a Direcção da Descentralização se os Srs. Deputados tiverem em conta esses exercícios. Não havia verba para missões no exterior. Então, fizemos esses ajustes de forma que neste âmbito de capacitação interna e externa não haja depois essa questão de pedido de reforço e de transferência de uma verba para outra. Cingimo-nos apenas a dotações para essas duas direcções, que totaliza aqui um montante de cerca de 245 milhões. Se forem fazer as contas conforme

já temos, para colmatar essa situação toda e esse programa todo que o Ministério preconiza para o ano 2012. No entanto, como disse o Sr. Ministro, essas são as nossas aspirações. Os nossos programas são o que pretendemos para o nosso Ministério no âmbito do enquadramento e do reforço de capacitação.

Como sabem, falamos aqui no âmbito da geminação e como produto da geminação das câmaras vemos os benefícios que elas têm recebido. Se não formos e se não tivermos um programa sério e coerente para o efeito, de certeza que não podemos levar a cabo um programa que possa ser para o benefício da população, como todos nós preconizamos.

Este é mais um apoio técnico para o Sr. Ministro, no sentido de deixarmos agora à consideração dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Essa é uma questão que foi explicada e muito bem pelos colaboradores do Ministério da Descentralização, mas com todo o respeito, todo o apoio que podemos a um ministério é a capacitação de quadros, o que entendemos que é essencial para o desenvolvimento de qualquer sector e qualquer ministério. Só que as coisas aqui estão alocadas de forma diferente. Uma coisa é missão e outra coisa é capacitação. Não são palavras sinónimas. Se víssemos aqui no orçamento a duplicação, ...

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Palavra não, frase.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Missão é frase?

*Risos do MLSTP/PSD e do PCD.*

Eu não sabia, Sr. Ministro.

Sr. Ministro, desculpe. Com relação a isso o Sr. Ministro está errado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, continue.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — O Sr. Ministro é que interveio, então, o Sr. Presidente deve falar também com o Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tenha alguma suavidade na sua explanação também. Vamos continuar.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Como eu dizia, missão é completamente diferente de capacitação. Se víssemos aqui no orçamento a duplicação da verba de capacitação e conscientemente fosse tocada, seria impedir que o Ministério capacitasse os seus quadros, mas não é isso que está cá.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Mas ninguém disse isso.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Acho que se calhar na elaboração do orçamento deviam ter isso em conta. É uma chamada de atenção que faço em jeito de contribuição para que no futuro separem bem as coisas, porque pelo que estamos a ver aqui missões no exterior não têm nada a ver com capacitação. O que entendi dos esclarecimentos que foram dados pelos técnicos colaboradores, são coisas distintas. Portanto, vamos manter a nossa proposta de diminuição da verba de missões no exterior.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Então, manda à votação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, das palavras do representante do Ministério, eu entendi que talvez em São Tomé só se formam engenheiros e outras áreas e não se forma em Relações Públicas. Quero informar que isso não corresponde à verdade. O Instituto Superior Politécnico forma em Relações Públicas, dá-se aula de Teorias das Eleições, de Teoria Equilibrada, de Grafos e de tudo. Portanto, estou a falar disso como teoria. É como correctamente quando se vai recolher o lixo com menos gasto de combustível, é a teoria dos grafos ou método de Hondt, Amilton e uma série de coisas, tudo ligado a Relações Públicas. Não se pode deixar aqui transparecer que não se forma nessas áreas. Temos pessoas a se formarem nessas áreas.

É só isso que eu queria esclarecer, apesar de estar a ver aqui no orçamento que as missões estão espalhadas por várias direcções.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Gostaria que o Sr. Deputado António Ramos me dissesse se essas formações que o ISP faz são gratuitas.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, eu quero informar-lhe que, em todas as circunstâncias, há custos, a mais e a menos. O custo no ISP não é igual ao custo no exterior, de maneira nenhuma.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Directora dos Assuntos Parlamentares.

A Sra. **Directora dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, a minha intervenção aqui é apenas para esclarecer a questão sobre a capacitação e missões no exterior.

O Sr. Deputado referiu aqui que existe formações em São Tomé, não pusemos isso em causa realmente. Existe, mas tendo em conta que também tem os seus custos, o que pusemos é capacitação e missões no exterior. Estão relacionados, sendo que temos uma parceria com a INA para os técnicos chegarem a Portugal. É preciso saírem. É por isso que fizemos aqui a relação entre capacitação e missões no exterior. Pode ser apenas uma questão terminológica. Não há aqui diferença, mas o que estamos a referir quando falamos em capacitação é a capacitação no exterior, sem pôr em causa a capacitação dentro do País. Tanto para formar como para capacitar é necessário custo.

É apenas isso que eu queria esclarecer em termos terminológicos que aparecem aqui no orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu tenho uma opinião em relação a missões no exterior que temos estado a discutir esses dias todos. Tenho a certeza absoluta que muitos têm a mesma opinião que eu tenho, incluindo o Sr. Ministro das Finanças, mas pessoalmente a opinião que tenho em relação a isso remete a um assunto de fundo. É um problema estrutural ao nível nacional. Se houver alguma atitude dos Deputados em relação a missões no exterior é apenas no sentido de que é preciso reduzir de facto as despesas, num período de contenção. Há muitas missões no exterior que podem não ser feitas, no meu ponto de vista, mas eu também entendo porque é que estão lá. Não estou a discutir isso. Eu disse que é uma questão de fundo que aqui nem vou discutir. As formações são absolutamente necessárias. Agora, o que quero pedir ao Sr. Ministro que titula o sector é que não haja paralelismo nas coisas. Quem faz normalmente a germinação são as próprias câmaras e não sei se é o Gabinete de Descentralização. Quer dizer, às vezes as coisas são feitas muito paralelamente. Os espaços de intervenção de uns e de outros não estão devidamente delimitados e é preciso que isso seja feito, para que de facto as missões, ao serem feitas, sejam feitas quando muito necessário e para produzir resultados.

O Sr. **Presidente**: — Houve uma proposta de redução da verba e o Sr. Deputado proponente a mantém, embora com a explicação da Directora sobre o porquê da formação no INA?

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingo Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, já agora, gostaria de saber quem é o proponente da proposta. É o Sr. Deputado Delfim? Gostaria de saber da Mesa quem foi ou qual é o Deputado proponente da proposta.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, tenho conhecimento de que foi o Sr. Deputado Delfim Neves que inicialmente lançou a questão de reduzir a verba afecta a missões no exterior.

Estou certo, Sr. Deputado Delfim Neves?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, é melhor organizar melhor os trabalhos. Se o Sr. Deputado tem algum argumento lógico regimental deve levantá-lo para consultarmos a nossa doutrina e irmos nos orientando. Não vale a pena estarmos aqui com suspensões de coisas que já se sabe e levanta-se de novo como se fosse uma novidade. Se quiser, eu posso repetir, se for o caso.

*Risos do PCD e do MLSTP/PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar imediatamente à votação da proposta de redução da verba orçada para missões no exterior do Ministério dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização.

*Submetida à votação, foi aprovada com 5 votos a favor e 4 votos contra.*

*Voz do ADI: — Ditadura da maioria!*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, Srs. Técnicos do Ministério dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização, acabou de ser aprovada a vossa proposta, embora com uma alteração. Agradeço pela vossa presença e está encerrada a reunião.

*Eram 11 horas e 15 minutos.*